



## PROGRAMAÇÃO

### CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS Os Precedentes Cíveis no Sistema Jurídico

<b>DATA E HORÁRIO</b>	<b>12 de julho a 17 de agosto de 2021</b> <b>Encontros síncronos: 26 de julho e 9 de agosto.</b> <b>Horário: 19h às 20h</b>		
<b>TIPO DE ATIVIDADE</b> <i>(Res. 11/2020 ENFAM)</i>	Curso de aperfeiçoamento para vitaliciamento e para promoção na carreira	<b>CARGA HORÁRIA</b>	30 horas
<b>MODALIDADE</b>	EAD com tutoria Síncrona e Assíncrona	<b>Nº DE VAGAS</b>	40
<b>LOCAL</b>	Ambiente Moodle. Acesso em <a href="https://virtual.emerj.com.br/">https://virtual.emerj.com.br/</a>		
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	Magistrados do TJRJ		
<b>EMENTA DO CURSO</b>	Common Law e Civil Law: convergência e compatibilização com o sistema jurídico brasileiro; Conceito, natureza jurídica e elementos do precedente; Aplicação, Rejeição e Distinção dos precedentes; Superação total ou parcial: transformação, modulação dos efeitos da superação, superação antecipada e sinalização; O mecanismo do Incidente de Assunção de Competência (IAC), regulado no artigo 947 do CPC; O mecanismo do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), regulado no artigo 976 e seguintes, do CPC; Análise de um sistema de precedentes como auxiliar na minoração dos custos processuais; Percepção dos precedentes judiciais como demandas da sociedade e reflexão sobre o ativismo judicial.		
<b>TEMAS GERAIS</b>			
<b>EIXOS E SUBEIXOS</b>	<b>Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado:</b> Temas de Processo Civil; <b>Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado:</b> Lógica, Hermenêutica, Instrução processual e Racionalidade decisória (efetividade)		
<b>JUSTIFICATIVA</b>	As inovações introduzidas pelo novo Código de Processo Civil (CPC) sedimentam a adoção dos precedentes judiciais no ordenamento processual brasileiro e demonstram a necessidade de seu fortalecimento no sistema jurídico brasileiro. A boa atuação do magistrado depende hoje da compreensão do que são precedentes e como eles se aplicam em nosso sistema jurídico, bem como de quais são as situações em que não devem ser invocados.		

<b>OBJETIVO GERAL</b>	<p>Ao final do curso os magistrados estarão aptos a reconhecer os sistemas jurídicos relacionados aos precedentes e aplicá-los no sistema jurídico pátrio, identificando os elementos que, em uma decisão, configuram o precedente e as técnicas trazidas pelo novo CPC para sua fixação e validando o papel do magistrado na aplicação concreta dos precedentes judiciais.</p>
<b>DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE</b>	
<b>COORDENAÇÃO E TUTORIA</b>	<p><b>Coordenador: Luciano Saboia Rinaldi de Carvalho</b>  Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ. Professor de Direito Processual Civil da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Presidente do Fórum Permanente de Direito Processual Civil da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP. Link para Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/9467836381852778">http://lattes.cnpq.br/9467836381852778</a></p> <p><b>Tutora: Daniela Muniz Bezerra de Melo</b>  Mestre em Direito pela Universidade Cândido Mendes. Professora de Direito Processual Civil no IBMEC e na EMERJ. Advogada. Possui Formação de Formadores Enfam. Link para Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/1013077716206560">http://lattes.cnpq.br/1013077716206560</a></p>
<b>AULAS SÍNCRONAS</b>  (plataforma Zoom)	<p><b>Thaís Amoroso Paschoal</b>  Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estadual de Londrina. Professora de Direito Processual Civil e Processo Constitucional na Universidade Positivo – Curitiba/PR. Professora do PPG em Direito da universidade Positivo. Membro integrante do Instituto Brasileiro de Direito Processual e da Processualistas. Advogada.  Link para Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/1531037509340384">http://lattes.cnpq.br/1531037509340384</a></p> <p><b>Antonio do Passo Cabral</b>  Professor Associado de Direito Processual Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Livre Docente pela Universidade de São Paulo. Doutor em Direito Processual Civil pela UERJ em cooperação com a Universidade de Munique, Alemanha (Ludwig-Maximilians-Universität). Procurador da República no Rio de Janeiro. Link para Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/6675990712870926">http://lattes.cnpq.br/6675990712870926</a></p> <p>Debatedor: <b>Des. Luciano Saboia Rinaldi de Carvalho</b>  Mediação: <b>Prof. Daniela Muniz Bezerra de Melo</b></p>
<b>DOCENTES CONTEUDISTAS</b>	<p><b>Alexandre Antônio Franco Freitas Câmara</b>  Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Professor de Direito Processual Civil em diversas instituições. Autor de vários livros e artigos científicos na área do Direito Processual Civil. Presidente do ICPC (Instituto Carioca de Processo Civil). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual, da Academia Brasileira de Direito Processual Civil, do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual e da Associação Internacional de Direito Processual. Doutor em Direito Processual Civil na PUCMINAS.</p>

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2041030097347819>

**Bruno Vinícius da Ros Bodart da Costa**

Master of Laws (LL.M.) pela Harvard Law School. Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Juiz Auxiliar de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ex-Juiz Auxiliar de Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Vice-presidente da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE). Possui Formação de Formadores Enfam.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8618978486658734>

**Daniel Vianna Vargas**

Juiz titular da 28ª Vara Cível do TJ/RJ. Juiz auxiliar no gabinete do ministro Luis Felipe Salomão na Corte Eleitoral. Mestre e doutorando em Direito Processual pela UERJ. Possui Formação de Formadores Enfam.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2062847873682483>

**Humberto Dalla Bernardina de Pinho**

Professor Titular de Direito Processual Civil na UERJ, na Estácio e no IBMEC. Tem graduação, mestrado e doutorado na UERJ. É pós-doutor pela University of Connecticut School of Law, instituição na qual é também Martin-Flynn Global Law Professor. Promotor de Justiça. Possui Formação de Formadores Enfam.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1033893977311713>

**José Roberto Mello Porto**

Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando e Mestre em Direito Processual pela UERJ. Pós-graduado em Direito Privado pela UCAM. Presidente da Comissão de Estudos em Processo Civil da OAB/RJ (2019/2021).

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2996357724426183>

**Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira**

Desembargadora no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Membro do Fórum Permanente de Processo Civil na EMERJ. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Possui Formação de Tutores ENFAM.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5049211001579172>

**Rita Maria Costa Dias Nolasco**

Procuradora da Fazenda Nacional. Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mestre em Direito pela Instituição Toledo de Ensino. Diretora Regional do IBDP - Instituto Brasileiro de Direito Processual. Cofundadora e Membro da Comissão Geral do Projeto "Mulheres no Processo" do IBDP. Membro do CEAPRO - Centro de Estudos Avançados de Processo Civil. Professora da COGEAE - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC/SP na Especialização de Direito Processual Civil.

	<p>Coordenadora da Disciplina "Precedentes Judiciais" na Pós-Graduação da Escola da Advocacia-Geral da União.  Link para Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/5708145644112174">http://lattes.cnpq.br/5708145644112174</a></p> <p><b>Ronaldo Cramer</b>  Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-SP. Professor de Direito Processual Civil da graduação e da pós-graduação lato sensu da PUC-Rio. Coordenador da Área de Ênfase em Contencioso da graduação da PUC-Rio. Coordenador da Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil da PUC-Rio. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP.  Link para Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/4758039791899393">http://lattes.cnpq.br/4758039791899393</a></p>
<p><b>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</b></p>	<p>Este curso está estruturado em 4 módulos e contém videoaulas exclusivas, leituras obrigatórias, encontros síncronos e materiais complementares. A interação entre docentes, tutora e participantes acontecerá por meio dos fóruns de discussão e encontros síncronos. Além destas atividades, os alunos também serão avaliados por meio de perguntas formativas, participação em fóruns de discussão e atividades elaboradas em ferramentas ativas.</p> <p>Para mais detalhes sobre sistema de avaliação, vide o item “avaliação” deste plano de curso.</p>
<p><b>PROGRAMAÇÃO</b></p>	
<p><b>AMBIENTAÇÃO</b>  <b>Período: 12 e 13 de julho</b>   <b>Carga horária: 2h</b></p>	<p>Programação do curso. Manual do aluno. Navegando pela Plataforma. Fórum de Apresentação dos alunos. Wiki: importância do precedente. Vídeo de Apresentação do Curso.</p> <p><b>Tutora: Daniela Muniz Bezerra de Melo</b></p>
<p><b>Módulo 1</b>  <b>Período: de 14 a 20 de julho</b>   <b>Carga horária: 6h</b></p>	<p><b>MÓDULO I</b> – Sistemas jurídicos de base e os Precedentes Judiciais no Direito Processual Civil Brasileiro</p> <p><b>VÍDEOAULAS:</b>  <b>Vídeo aula 1:</b> Common Law e Civil Law: convergência e compatibilização com o sistema jurídico brasileiro.  <b>Docente: Dr. Humberto Dalla</b>  <b>Conteúdo Programático:</b> Common Law e Civil Law: convergência e compatibilização com o sistema jurídico brasileiro.</p> <p><b>Vídeo aula 2:</b> Conceito, natureza jurídica e elementos do precedente.  <b>Docente: Des. Alexandre Câmara</b>  <b>Conteúdo Programático:</b> Conceito, natureza jurídica e elementos do precedente.</p> <p><b>Avaliação de Aprendizagem</b>  Atividade formativa baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Fórum de Discussão. Participação na atividade Glossário. Questão formativa.</p>

	<p><b>Leitura obrigatória:</b> CÂMARA, Alexandre Freitas. Levando os Padrões Decisórios à Sério. São Paulo: GEN/Atlas, 2018. Páginas 50 à 62.</p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento (opcional):</b> BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. Precedentes Judiciais e Segurança Jurídica: fundamentos e possibilidades para a jurisdição constitucional brasileira. São Paulo: Saraiva, 2014. Páginas 216 à 224.</p>
<p><b>Módulo 2</b> Período: de 21 a 27 de julho</p> <p>Encontro síncrono - 26/07/2021, das 19h às 20h</p> <p>Carga horária: 6h</p>	<p><b>MÓDULO II – Dinâmica Concreta do Precedente</b></p> <p><b>ENCONTRO SÍNCRONO:</b> Dia 26 de julho das 19h às 20h: Controle de Constitucionalidade e Precedentes Videoconferencista: <b>Dra. Thaís Amoroso Paschoal</b> Debatedor: <b>Des. Luciano Rinaldi</b> Mediação: <b>Prof. Daniela Muniz</b></p> <p><b>VÍDEOAULAS:</b> <b>Vídeo aula 1:</b> Aplicação, Rejeição e Distinção dos precedentes. <b>Docente:</b> <b>Dr. José Roberto Mello Porto</b> <b>Conteúdo Programático:</b> Aplicação, Rejeição e Distinção dos precedentes.</p> <p><b>Vídeo aula 2:</b> Superação total ou parcial: transformação, modulação dos efeitos da superação, superação antecipada e sinalização. <b>Docente:</b> <b>Dr. Ronaldo Cramer</b> <b>Conteúdo Programático:</b> Superação total ou parcial: transformação, modulação dos efeitos da superação, superação antecipada e sinalização.</p> <p><b>Avaliação de Aprendizagem</b> Fórum de Discussão baseada na apreciação teórica/prática dos temas propostos. Participação na atividade Mapa mental.</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b> CRAMER, Ronaldo. Precedentes Judiciais: teoria e dinâmica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Páginas 138 à 164.</p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento (opcional):</b> CÂMARA, Alexandre Freitas. Levando os Padrões Decisórios à Sério. São Paulo: GEN/Atlas, 2018. Páginas 301 à 335.</p>
<p><b>Módulo 3</b> Período: de 28 de julho a 3 de agosto</p> <p>Carga horária: 6 h</p>	<p><b>MÓDULO III – Mecanismos para a configuração de precedentes</b></p> <p><b>VÍDEOAULAS:</b> <b>Vídeo aula 1:</b> Incidente de Assunção de Competência <b>Docente:</b> <b>Des. Natacha Tostes</b> <b>Conteúdo Programático:</b> O mecanismo do Incidente de Assunção de Competência (IAC), regulado no artigo 947 do CPC.</p> <p><b>Vídeo aula 2:</b> Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) <b>Docente:</b> <b>Dra. Rita Dias Nolasco</b> <b>Conteúdo Programático:</b> O mecanismo do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), regulado no artigo 976 e seguintes, do CPC.</p>

	<p><b>Avaliação de Aprendizagem</b> Fórum de Estudo de Casos baseado na discussão teórica/prática dos temas propostos. Realização das atividades Palavra Cruzada e Tradutor.</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b> MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro (Org.). Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In O Novo Código de Processo Civil – Programa de Estudos Avançados em Homenagem ao Ministro Arnaldo Esteves Lima. Rio de Janeiro: EMARF, 2016. Páginas 293 à 306. MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; PORTO, José Roberto Mello. Incidente de Assunção de Competência. 2ª ed. Rio de Janeiro: GZ, 2021. Páginas 53 à 72.</p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento (opcional):</b> CÂMARA, Alexandre Freitas. Levando os Padrões Decisórios à Sério. São Paulo: GEN/Atlas, 2018. Páginas 238 à 256. CRAMER, Ronaldo. Precedentes Judiciais: teoria e dinâmica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Páginas 195 à 196.</p>
<p><b>Módulo 4</b> Período: de 4 a 10 de agosto</p> <p>Encontro síncrono - 09/08/2021, das 19h às 20h</p> <p>Carga horária: 6h</p>	<p><b>MÓDULO IV – Precedentes em uma visão pragmática</b></p> <p><b>ENCONTRO SÍNCRONO:</b> Dia 9 de agosto das 19h às 20h: Recursos Extraordinários Repetitivos. Videoconferencista: <b>Antonio do Passo Cabral</b> Debatedor: <b>Des. Luciano Rinaldi</b> Mediação: <b>Prof. Daniela Muniz</b></p> <p><b>VÍDEOAULAS:</b> <b>Vídeo aula 1:</b> Análise Econômica do Direito Processual (AEDP) e o sistema de precedentes judiciais <b>Docente: Juiz Bruno Bodart</b> <b>Conteúdo Programático:</b> Análise do um sistema de precedentes como auxiliar na minoração dos custos processuais.</p> <p><b>Vídeo aula 2:</b> Importância dos Precedentes para a sociedade: pensando sobre ativismo judicial <b>Docente: Juiz Daniel Vargas</b> <b>Conteúdo Programático:</b> Percepção dos precedentes judiciais como demandas da sociedade e reflexão sobre o ativismo judicial.</p> <p><b>Avaliação de Aprendizagem</b> Fórum de Discussão Coletiva baseado na discussão teórica/prática dos temas propostos. Participação no Mural virtual</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b> FUX, Luiz; BODART, Bruno. Processo Civil e Análise Econômica. 2ª ed. São Paulo: GEN/Forense, 2021. Páginas 153 a 165.</p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento (opcional):</b> MARINONI, Luiz Guilherme. A Ética dos Precedentes. São Paulo: Revista dos Tribunais,</p>

	2019. Páginas 172 a 175.
<b>Módulo de Avaliação final</b> <b>Período: de 11 a 17 de agosto</b> <b>Carga horária: 4h</b>	<b>Avaliação final</b> Questão formativa final Avaliação de Reação Avaliação das Vídeo aulas Registro Reflexivo
<b>AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)</b>	Fórum de discussão: 10 pontos cada; Fórum de estudo de caso: 10 pontos cada; Questão formativa: 5 pontos cada; Glossário: 5 pontos cada; Mapa Mental: 5 pontos cada; Palavra Cruzada: 5 pontos cada; Tradutor: 5 pontos cada; Questão formativa final: 30 pontos;
<b>CERTIFICAÇÃO</b>	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

## INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas.  
A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo.  
Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.

2. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
3. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
4. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
5. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br